

USO E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DE UM RIO URBANO

Silva, J. P.

Doutorando do Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa

RESUMO

Os rios podem oferecer um conjunto diversificado de serviços, permitindo utilizações de carácter ambiental, económico, social, simbólico e cultural, e de limpeza e remoção de resíduos. Porém, os diferentes usos dos rios são, frequentemente, conflitivos. Alguns deles podem gerar processos de degradação ambiental e impossibilitar outras utilizações, limitando a diversidade de serviços que os rios podem oferecer. As várias utilizações que são feitas de um rio não dependem apenas das suas características e do seu estado ecológico, mas também dos seus significados sociais. Partindo das premissas anteriores, esta comunicação irá incidir sobre o Tinto - pequeno curso de água português que atravessa um território urbano em transformação - mostrando a articulação entre as mutações sofridas pelos territórios cruzados pelo Tinto, a evolução dos usos deste curso de água e a sua degradação ambiental. Para isso, utilizaremos dados recolhidos a partir de fontes documentais e de entrevistas a actores sociais conhecedores do rio.

Palavras-chave: rios, poluição, artificialização, urbanização.

1. INTRODUÇÃO

Os recursos naturais podem fornecer às sociedades humanas múltiplos serviços. O seu valor para as sociedades humanas advém não só das suas funções ambientais, mas também do seu potencial económico, social, cultural e simbólico. Para além disso, é também o ambiente biofísico que absorve os desperdícios produzidos pelas sociedades humanas. O modo como os recursos naturais são socialmente utilizados não se explica apenas pelas suas características intrínsecas, mas também pelos seus significados socialmente construídos (Freudenburg *et al.* 1995); por outro lado, a sua utilização social pode transformá-los radicalmente, gerando problemas ambientais que podem condicionar os seus usos ou mesmo colocar em causa a sua sustentabilidade (Dunlap e Marshall: 2007). Sabemos que a água é um elemento primordial para a existência da vida; ela é também uma substância fundamental para os mais diversos processos produtivos, possuindo ainda uma simbologia muito rica e um elevado valor social (Torrecilla e Martínez-Gil, 2005; Arrojo-Agudo, 2006). Os rios podem, por isso, oferecer o conjunto diversificado de serviços às sociedades humanas, que é captado pelo conceito de "valor eco-social da água", de Pedro Arrojo-Agudo (Arrojo-Agudo, 1999; Arrojo-Agudo *et al.* 1997). Assim, esses serviços são de tal modo diversificados e importantes que, frequentemente, lagos e rios têm, também, um valor de natureza social e cultural que não pode ser medido ou avaliado através de uma lógica económica. Um rio pode permitir usos recreativos, estéticos, culturais e simbólicos de grande valor para as populações dos locais que atravessa. A possível incompatibilidade entre estas diversas utilizações é evidente. A sobre-utilização do seu potencial económico ou da sua capacidade de absorver desperdícios pode conduzir à sua degradação ambiental, o que pode implicar não só a perda da capacidade do curso de água para satisfazer essas funções de carácter social mas também comprometer algumas actividades económicas. No entanto, nas sociedades ocidentais contemporâneas, a água e os rios tendem a ser valorizados de acordo com o seu potencial económico e produtivo, o que contribui para a sua degradação (Castro, 2007; Arrojo-Agudo *et al.* 1997; Arrojo-Agudo, 1999; Torrecilla e Martínez-Gil, 2005). Apesar de alguns sinais de mudança, rumo a uma concepção da água mais centrada na sua dimensão ambiental e numa preocupação com a sua sustentabilidade, esta visão, herdeira do produtivismo do século XIX, é ainda a dominante (Arrojo-Agudo, 2001). Ela surge conjugada com uma enorme capacidade de manipulação da hidrosfera, permitida por avanços científicos e técnicos registados ao longo dos últimos dois séculos, e que trouxe várias vantagens para as sociedades humanas, mas que desencadeou também consequências sociais, económicas e ambientais negativas, não previstas e indesejadas (Gleick, 2009).

Esta comunicação apresenta o caso da degradação ambiental de um pequeno rio urbano português, mostrando o modo como esse processo o transformou profundamente e, conseqüentemente, modificou os seus significados e utilizações sociais. Para fazer a reconstrução destes processos analisámos exaustivamente a imprensa local de Rio Tinto (*Arauto de Rio Tinto*, mensário, *Vivacidade*, mensário; e *Voz de Rio Tinto*, quinzenário), cidade cruzada por aproximadamente seis dos cerca de dez quilómetros do rio, e todas as edições de um jornal nacional (*Jornal de Notícias*) desde 1997, ano a partir do qual o jornal se encontra digitalizado. Para além disso, entrevistámos três actores-chave dos movimentos de cidadãos de Rio Tinto que protagonizaram episódios de conflito ambiental associados a este curso de água, dois residentes locais com elevado conhecimento empírico do Tinto e três investigadores da Universidade do Porto, dois deles com trabalhos sobre este rio. Consultámos, também, bibliografia e dados estatísticos sobre os territórios que compreendem a sua bacia.

2. O TINTO E OS TERRITÓRIOS ENVOLVENTES

O Tinto, pequeno curso de água localizado no Noroeste de Portugal, é um afluente do Douro que, ao longo de cerca de dez quilómetros, cruza três municípios do Grande Porto – um território urbano alargado e diversificado, que compreende seis municípios diferentes (INE, 2004; Fernandes, 2003): nasce em Ermesinde, cidade do município de Valongo; atravessa, ao longo de mais de metade do seu percurso, Rio Tinto, cidade do concelho de Gondomar; e desagua na extremidade oriental do Porto, na freguesia de Campanhã. Desde meados do século XX que este pequeno curso de água tem conhecido problemas ecológicos graves. Em Rio Tinto, ao longo das duas últimas décadas, o rio tem estado associado a alguns episódios de conflito ambiental, motivados, sobretudo, pela sua transformação física e artificialização.

O processo de degradação do Tinto não pode ser compreendido se não forem levadas em conta as profundas transformações que os territórios que ele cruza têm sofrido. Estas, por sua vez, estão associadas a algumas das mudanças estruturais que Portugal vem atravessando desde a década de 1960. O país tem conhecido um processo importante de migração do interior para o litoral, resultando num esvaziamento do primeiro território e na urbanização do segundo. Neste contexto, as áreas metropolitanas do Porto e Lisboa cresceram e se suburbanizaram-se (Machado e Costa, 1998; Ferreira, 2007). Por outro lado, no final da década de 50 do século XX, verificou-se um surto de industrialização no Norte do país (Schmidt *et al.*: 2000). A nova dinâmica industrial, ainda que relativamente incipiente, conjugada com os processos de urbanização e suburbanização do litoral, viria agravar os problemas ambientais de um país até então profundamente rural (Reis e Lima, 1998), onde a consciência para os problemas ambientais não se tinha ainda desenvolvido (Soromenho-Marques, 2007; Schmidt, 2008).

Estas mudanças fizeram-se sentir nos territórios cruzados pelo Tinto. Ermesinde e Rio Tinto eram, até então, zonas periféricas do Porto marcadamente rurais. No entanto, na sequência das migrações do interior para as cidades do litoral, conheceram um crescimento muito acelerado. Os migrantes com destino a Lisboa e Porto viriam a fixar-se nas suas periferias, despoletando a sua suburbanização. Assim, entre 1960 e 2001, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, aquelas localidades registaram um crescimento populacional, respectivamente, de 12.000 para 38.000 e de 27.000 para mais de 60.000 habitantes. O aumento contínuo da população explica-se também, a partir da década de 1980, pela saída de população do Porto para outros concelhos da sua Área Metropolitana (INE, 2004). Este foi, em grande medida, um processo de urbanização desordenado e descontrolado, regulado, sobretudo, por interesses económicos privados (Domingues, 1999). Entre as suas consequências negativas encontram-se a escassez de espaço público de qualidade, a falta de infra-estruturas, a deficiente integração dos espaços não construídos, e o desordenamento (Idem, *ibidem*; Fernandes, 2000: 129). Também em meados do século XX, a presença da indústria na periferia do Porto é reforçada. Porém, ao longo das décadas de 1980 e 1990, e acompanhando a tendência de terciarização do país, as grandes unidades industriais presentes nestes territórios viriam a desaparecer.

Campanhã, por sua vez, regista, a partir de meados do século XIX, um crescimento demográfico importante, associado a um surto de industrialização e à chegada do caminho-de-ferro. Para alojar a mão-de-obra que chegava ao Porto de zonas rurais do país foram construídas habitações precárias e de baixo custo. Sobretudo nas décadas de 60 e 70 do século XX, foram instalados vários bairros sociais nesta freguesia periférica do Porto, para onde foram transferidas populações de outros locais da cidade: hoje, ela concentra cerca de um quinto da habitação social daquela cidade. Campanhã é, hoje, uma freguesia penalizada do ponto de vista económico, social, urbanístico, ambiental e simbólico (Fernandes, 2000, 2003, 2005). A sua extremidade oriental, por onde corre o Tinto, apresenta ainda uma paisagem marcadamente rural, ainda que algo descaracterizada pela construção de estradas e vias-rápidas paralelas e transversais ao vale do Tinto.

3. A DEGRADAÇÃO DO TINTO E A TRANSFORMAÇÃO DOS SEUS USOS E SIGNIFICADO

Até meados do século XX, momento em que se agravaram os seus problemas ambientais, o Tinto alimentava um ecossistema rico, permitindo a vida de uma fauna e flora diversificada, e prestava às populações dos territórios que cruza – sobretudo Rio Tinto e Porto, um vez que nos cerca de dois quilómetros que percorre em Ermesinde ele apresenta, ainda, um caudal muito reduzido – importantes serviços de carácter económico e social. O rio terá tido alguma importância económica, fornecendo água para a irrigação das pequenas explorações agrícolas existentes em torno das suas margens. Ao mesmo tempo, terá também fornecido energia hídrica a vários moinhos situados nas suas margens, nos territórios hoje integrados nas freguesias de Rio Tinto e Campanhã. Existiram moinhos em funcionamento no Tinto até à década de 90 do século passado, embora, nessa altura, eles fossem já em número muito reduzido (Magalhães *et al.*, 1999, Pacheco, 1999). Até meados do século XX, o rio Tinto foi uma fonte de rendimento também para as lavadeiras que, nas suas margens, lavavam as roupas das famílias mais abastadas do Porto (Marinho, 2003).

No passado rural e pobre destes territórios, o Tinto servia, ainda, para colmatar carências que hoje são consideradas básicas, relacionadas com a limpeza e higiene pessoal. Numa altura em que nem todas as casas eram equipadas com casa-de-banho, o rio era usado para tomar banho e lavar roupa ou louça. Ao Tinto de meados do século XX era reconhecido elevado valor estético. Isto contribuiu certamente para que ele constituísse, nos diferentes territórios que atravessa, um local de lazer privilegiado. As suas margens - consideradas, então, lugares aprazíveis - funcionavam como local de encontro, espaço público de lazer e de convívio, onde se realizavam piqueniques e se davam passeios. Em alguns pontos do Tinto, localizados em Rio Tinto e Campanhã, era comum nadar no rio (Marinho, 2003; Pacheco, 1999).

Como já tivemos oportunidade de referir, a degradação ambiental do Tinto começa a agravar-se significativamente a partir das décadas de 1960 e 1970. Um primeiro problema dotado de grande visibilidade e com grande impacto consistiu na poluição de origem industrial. As descargas de várias unidades industriais poluidoras alteravam frequentemente a cor das águas do rio. O desmantelamento de muitas unidades industriais localizadas em Campanhã, Rio Tinto e Ermesinde durante as décadas de oitenta e noventa viria a traduzir-se num abrandamento da poluição de origem industrial. No entanto, a partir de então, revelar-se-ia uma outra face do problema: a poluição de origem urbana. Como é habitual em territórios de urbanização espontânea (Domingues, 1999), o rio sofreu as consequências de um crescimento urbano rápido e desordenado que não foi acompanhado, com a mesma rapidez, pela instalação de uma rede de saneamento adequada: apesar dos importantes investimentos, em anos recentes, destinados a completar e melhorar o saneamento, em toda a sub-bacia persistem ligações que descarregam directamente para o Tinto ou para as ribeiras suas afluentes as águas residuais de casas, pequenas oficinas ou fábricas, e pequenas explorações de criação de gado. Alguns movimentos ambientalistas, bem como alguns especialistas do mundo académico, consideram que o problema não se limita à existência de ligações ilegais, sublinhando que a rede de saneamento existente está incompleta e apresenta deficiências. Neste momento, o rio Tinto recebe os efluentes de duas ETAR: a ETAR do Meiral, que entrou em funcionamento em 1997, em Rio Tinto, e a ETAR do Freixo que, desde 2001, funciona em Campanhã, no Porto. A primeira tem sido denunciada por especialistas e por grupos ambientalistas, bem como pela imprensa, como parte do problema de poluição do Tinto, e não da sua solução. Trata-se de uma estação de tratamento secundário¹ que, quando entrou em funcionamento, em 1997, oito anos depois da conclusão da sua construção, estava já subdimensionada e a sua tecnologia já era considerada obsoleta. Também aqui vemos projectada, no plano local, uma tendência nacional: apesar do forte investimento registado ao longo dos últimos anos, a situação do país no que diz respeito às redes de saneamento ainda levanta preocupações, na medida em que estas continuam incompletas (Schmidt, 2007). Relativamente às ETAR existentes no país, um estudo de 1995 indicava que apenas 35% da população estava servida por estas estações que, na sua generalidade, não funcionavam nas melhores condições (idem, 2008).

Mas os processos de urbanização difusos, pouco planeados e estimulados sobretudo por interesses privados contribuem não só para a contaminação dos cursos de água como também para a sua artificialização extrema. O crescimento urbano difuso consome o espaço livre, não o sabendo integrar convenientemente na cidade (Domingues, 1999). As linhas de água não se encontram imunes a esta tendência: por um lado, os seus leitos de cheia, devido ao baixo preço dos terrenos e relevo frequentemente plano, apresentam-se como sítios particularmente vantajosos para a construção de habitação, apesar do risco de inundação (Rome, 2001: 191). Mas a pressão urbana sobre as linhas de água pode gerar processos de artificialização ainda mais radicais: no sentido de obter mais terrenos para edificar, rios e ribeiras correm o risco de ser canalizados debaixo do solo, desaparecendo da paisagem (*ibidem*: 121). Estes são fenómenos que também podemos verificar no caso do Tinto, principalmente – mas não exclusivamente – no troço de rio que percorre a cidade de Rio Tinto, no concelho de Gondomar. A ocupação das margens com construções e a artificialização do rio são fenómenos já antigos, no entanto, ocorriam numa escala pequena. A partir da segunda metade do século XX, eles iriam conhecer uma nova expressão. Em Ermesinde, no troço inicial do rio, existem algumas construções, nomeadamente prédios de apartamentos, colocadas muito perto do leito do rio. Em Campanhã, a pressão ecológica motivada pela presença de construções nas imediações do rio é menor, uma vez que este atravessa uma área daquela freguesia onde persistem, ainda, traços paisagísticos de uma ruralidade vincada. Ainda assim, os metros finais do Tinto encontram-se canalizados sob um dos principais pontos de acesso rodoviário ao Porto, e algumas estradas e vias rápidas cruzam o rio, descaracterizando o seu vale.

Pelo menos desde o início da década de oitenta do século passado que, em Rio Tinto, se começaram a edificar habitações contíguas ao rio. Hoje, o espaço deste curso de água encontra-se constringido pela presença de diversas construções: casas, armazéns de pequenas dimensões e mesmo prédios de apartamentos. Com o objectivo de controlar a erosão e o risco de cheias, as margens foram alvo de intervenções em diversos pontos, encontrando-se o leito envolvido por paredes de betão ou pedra. Na cidade de Rio Tinto, após sucessivos entubamentos que tiveram início no final da década de 1980, mais de um quilómetro do curso de água em causa encontra-se hoje canalizado debaixo do solo. Em 1990, por iniciativa da Câmara Municipal de Gondomar, concluiu-se a canalização de um primeiro troço de rio, de escassas centenas de metros, na zona central de Rio Tinto, com o objectivo de construir um complexo de piscinas municipais. No final de 1997, sob o pretexto de que o rio se encontrava extremamente poluído e da necessidade de um novo arranjo urbanístico para o centro de Rio Tinto, a mesma entidade desviou o curso do Tinto e iniciou o prolongamento da sua canalização subterrânea por mais algumas centenas de metros para jusante, através de solos então integrados na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Quatro anos depois, o entubamento do rio continuaria para montante, construindo-se, sobre ele, um passeio pedonal. Em 2008, com as obras necessárias para a instalação de uma nova linha do Metro de superfície do Porto, a estrutura que oculta parte do Tinto foi reforçada, de modo a poder suportar a passagem daquele transporte, e mais algumas dezenas de metros do Tinto foram ocultados, dando lugar ao referido equipamento.

As consequências deste tipo de intervenções sobre as linhas de água – mesmo as de pequenas dimensões, como o Tinto – podem ser desastrosas. Como lembra Rome, a impermeabilização dos solos e a erradicação do sistema natural de escoamento de águas formado pelos rios e ribeiras torna os territórios urbanos mais vulneráveis a inundações, e a construção de redes de escoamento de águas pluviais nem sempre é capaz de resolver o problema (2001: 196 - 198). No caso do Tinto, a crescente impermeabilização dos solos num território cada vez mais urbano, combinada com a artificialização do rio, obstrução do seu leito e ocupação das suas margens tem aumentado o risco de inundação. Em Dezembro de 2009, devido a uma forte concentração de pluviosidade na sub-bacia do Tinto, à sua obstrução em vários pontos provocada pelas

¹ O tratamento secundário é limitado, contemplando a remoção dos compostos de natureza orgânica e de alguns nutrientes (azoto e parte do fósforo) existentes nas águas residuais

obras de construção da nova linha do Metro e aos constrangimentos de espaço que ele enfrenta, verificaram-se as cheias com consequências mais gravosas em Rio Tinto, resultando em prejuízos de milhões de euros e no realojamento temporário de 15 famílias.

Para compreendermos plenamente a degradação do Tinto, devemos ainda referir duas características comuns aos três lugares que o rio atravessa. Em primeiro lugar, Ermesinde, Rio Tinto e Campanhã localizam-se em territórios de fronteira entre municípios vizinhos; ora, estes espaços "são "naturalmente" espaços menos valorizados e mais esquecidos, já que a sua condição periférica (pelo menos em termos administrativos) dificulta a priorização de investimentos autárquicos e facilita que aí se localizem alguns dos equipamentos menos bem vistos pelas populações" (Fernandes, 2005: 269). Os problemas do tecido urbano desigual do Grande Porto são particularmente visíveis nestes territórios fronteiriços, onde, de acordo com Rio Fernandes, as dificuldades de coordenação inter-municipal e a ausência de uma política de ordenamento supra-municipal, pensada à escala daquele território urbano, se manifestam com particular acuidade. Por outro lado, estes são três lugares situados no lado Oriental do Grande Porto, historicamente o pólo mais penalizado deste aglomerado urbano (Fernandes; 2000, 2003, 2005). Estas duas condições comuns ajudam a perceber a localização de uma das principais fontes de poluição do Tinto, um aterro sanitário, entretanto já selado, instalado no final da década de 60 perto da nascente deste rio, que tem vindo a contaminar a sua água através de escorrências subterrâneas. Elas ajudam a compreender, também, que os anúncios mediáticos de planos e projectos para a reabilitação do rio desde a nascente até à foz por parte de autarcas dos municípios por ele cruzados tardem a concretizar-se, ao mesmo tempo que, em cada uma das três cidades que partilham o curso de água, se vão verificando várias intervenções sobre o rio, por vezes de sentido contrário – ao mesmo tempo que em Rio Tinto se constrói uma linha de metro sobre parte do seu leito, tornando irreversível a anterior obra de canalização subterrânea, no Porto instala-se um parque urbano de grandes dimensões nas suas margens, sublinhando-se a intenção de despoluir o rio de maneira a que possa constituir uma mais-valia para esta estrutura.

4. AINDA RESTARÁ VALOR ECO-SOCIAL AO TINTO?

Grande parte da importância económica e social atribuída ao Tinto antes do agravamento da sua degradação ambiental parece hoje perdida. A sua contaminação e a ocupação do leito e das margens vieram transformar profundamente os seus usos e significados sociais. A sua utilização enquanto local de descarga de desperdícios, resultante do desenvolvimento industrial e urbano, viria impedir muitos dos usos do rio que eram até então comuns. Ao mesmo tempo, a poluição tem consequências graves para a fauna e flora do rio, impossibilitando a pesca e motivando o abandono de vários terrenos agrícolas nas margens. Do mesmo modo, a ocupação das margens e do próprio leito do rio, produto da expansão urbana, transformou radicalmente o curso de água e, em algumas zonas, o Tinto foi canalizado sob o solo. Contaminado e, ao longo de boa parte do seu percurso, escondido da paisagem, este curso de água vê o seu potencial económico e social transformado. Deixa de ser possível utilizar a sua água para lavar ou para regar². Ao mesmo tempo, o rio deixa de ser um local considerado aprazível e dotado de valor paisagístico e estético, perdendo o seu carácter de zona de lazer e recreação. O seu valor tende a reduzir-se à sua utilidade enquanto local de despejo de desperdícios: para além das águas residuais descarregadas por duas ETAR's e pelas ligações directas, o rio recebe ainda resíduos sólidos, para lá atirados pelos locais das cidades que atravessa. Nas décadas mais recentes, o leito do Tinto, bem como diversos pontos ao longo das suas margens, têm funcionado como lixeiras, onde se acumula todo o tipo de lixo. Tendo em conta que todas as localidades cruzadas pelo rio oferecem sistemas de recolha do lixo eficiente, isto só se pode explicar pela fragilidade da cultura ambiental da generalidade dos portugueses (Nave *et al*, 2000; Nave e Fonseca, 2004). Alguns grupos preocupados com o mau estado ecológico deste curso de água têm organizado acções esporádicas de limpeza das margens e do rio com a colaboração do poder local, que têm permitido constatar não só a quantidade, mas também a diversidade de resíduos presentes no seu leito e margens.

A degradação e artificialização do Tinto surgem, assim, como algo que, simultaneamente, resulta dos usos sociais deste rio e, por outro lado, produz novos significados e novas utilizações. A sua crescente utilização enquanto canal de esgoto surge associada, sobretudo, à expansão urbana nos territórios envolventes que, conjugada com a artificialização do rio, contribuiu para esvaziar o Tinto de boa parte do seu anterior valor eco-social, transformando-o num "não-rio", um canal fortemente modificado pela engenharia e pela técnica, que tem funcionado fundamentalmente como um tubo de esgoto. Este curso de água é hoje visto, por muitos locais, como algo indesejável, associado a problemas como a produção de odores extremamente desagradáveis, a proliferação de lixos, e o risco de inundação. No entanto, as transformações dos territórios envolventes contribuíram ainda para o esvaziamento do valor eco-social do Tinto de outra forma: com as mudanças sociais profundas introduzidas por essas transformações – sobretudo a melhoria geral das condições materiais de vida, a perda de importância das actividades económicas do sector primário, a terciarização, o aumento da mobilidade individual, a separação dos locais de trabalho e residência, e a ruptura dos laços de tipo comunitário inscritos no espaço – muitos usos do rio, associados a um passado rural, empobrecido e marcado por relações de forte interconhecimento seriam abandonados de que qualquer forma. Ao mesmo tempo, muitos dos residentes que chegam a Ermesinde, Rio Tinto e Campanhã depois da década de 1960, ou seja, num momento em que o processo de degradação do Tinto já se encontra avançado, não beneficiaram do potencial eco-social do rio antes deste apresentar um avançado estado de degradação ecológica. Para eles, o significado deste curso de água será muito diferente, e o seu valor menor, do que para aqueles que beneficiaram dos seus serviços antes de ele se transformar num "não-rio".

² Ainda assim, apesar da poluição, persiste a utilização da água do Tinto para a rega de pequenas hortas familiares, o que constitui um potencial problema de saúde pública.

Não obstante, o significado hoje associado localmente a este rio não é linear nem unidimensional. A sua canalização subterrânea parcial em Rio Tinto, iniciada em 1997, foi apresentada como uma medida que permitiria ocultar a poluição e contou com a simpatia de vários locais, sobretudo de residentes nas margens do Tinto. No entanto, deparou-se também com a oposição firme de um jornal local, alguns partidos políticos e movimentos de cidadãos. Um dos principais argumentos esgrimidos contra esta intervenção foi o pretensão valor simbólico do curso de água, apresentado pelos seus defensores como um símbolo da cidade, historicamente ligado a esta: de acordo com uma lenda antiga, travou-se naquele local, no século IX da nossa era, uma batalha entre um exército do reino de Córdova que procurava tomar o Porto e um exército cristão defensor. A violência do confronto terá sido tal que o rio ficou tinto com o sangue de mortos e feridos, sendo baptizado de rio Tinto. Alguns séculos mais tarde seria fundado naquele lugar um mosteiro, mosteiro de Rio Tinto, e assim se consolidava o topónimo da actual cidade. O fundo de verdade desta história está ainda aberto à discussão (Oliveira, 1931; Pacheco, 1999), no entanto, ela tem uma aceitação local muito grande: é apresentada pela Junta de Freguesia local como a explicação do nome do rio e da cidade. O brasão de Rio Tinto, criado em 1985 por ocasião da sua elevação ao estatuto de vila, retrata graficamente esta lenda. Hoje, mesmo quando muitas das transformações que o Tinto sofreu serão irreversíveis, pelo menos no curto e médio prazo, um movimento informal de cidadãos de Rio Tinto procura promover a reabilitação do curso de água onde isso for possível, argumentando que ela poderá contribuir para fornecer a um território suburbano e desordenado um espaço público de encontro e lazer, importante também do ponto de vista estético e simbólico. Por outro lado, à parcela do vale do Tinto pertencente à cidade do Porto é reconhecido um valor ambiental importante. Parte deste vale será convertida num parque urbano – que tem já uma parte inicial inaugurada – e a autarquia tem vindo a anunciar publicamente a sua intenção de despoluir a linha de água, uma vez que, de acordo com o arquitecto do projecto, só assim ela poderá ter lugar nesta estrutura.

5. CONCLUSÃO

O caso da degradação ambiental do Tinto, uma pequena linha de água que atravessa um território urbano em transformação, reflecte, no plano local, um conjunto de problemas que, em Portugal, têm gerado impactos ambientais negativos: um processo de urbanização tardio, abrupto e desordenado, um surto de industrialização igualmente tardio, um conjunto de problemas e deficiências relativamente às redes de saneamento, a tardia e ainda frágil emergência de uma cultura ambiental entre a generalidade da população, uma política ambiental recente e pouco eficaz. É também um caso que nos permite ver como a artificialização e degradação ambiental dos rios transforma os seus usos e os seus significados e os esvazia do seu valor eco-social, reduzindo-os a meros canais de esgoto, indesejados e potencialmente perigosos; e, por outro lado, acarreta problemas de cariz sócio-ambiental, como as inundações. Do mesmo modo, os discursos dos actores sociais de Rio Tinto favoráveis à despoluição do Tinto e requalificação ambiental do seu vale enfatizam as mais valias que um rio em bom estado ecológico poderia trazer a um território suburbano e desordenado que o envolve, podendo servir enquanto elemento de identificação, de valorização ambiental e paisagística, e funcionar enquanto espaço público de lazer e encontro.

Bibliografia

- Arrojo-Agudo, P. (2006): "Los Retos Éticos de La Nueva Cultura del Agua", *Polis, Revista de La Universidad Bolivariana*, vol 5, nº 14, 1-6
- Arrojo-Agudo, P. (2001): *Hacia una nueva racionalidad económica en la gestión de las aguas*, http://grupo.us.es/ciberico/archivos_html/, consultado em 3 de Novembro de 2009
- Arrojo-Agudo, P. (1999): "El valor economico del agua", *Afers Internacionals*, nº 45-46, 145 – 167
- Arrojo-Agudo, P., J. S. Chóliz e J. B. Callau (1997): "Fundamentos para una gestión del agua coherente com un modelo de desarrollo sostenible", em *Actas del I e II Seminario del Agua*, 167 – 190
- Castro, J. E. (2007), "Water Governance in the twentieth-first century", *Ambiente & Sociedade*, vol. X, nº2, 97 – 118
- Domingues, A. (1999): "Formas e escalas da urbanização difusa – interpretação e intervenção no NO de Portugal", *Inforgeo*, nº14, 43-64
- Dunlap, R. E. e K. Marshall (2007) "Environmental Sociology", em C. D. Bryant e D. L. Peck (eds), *21st Century Sociology – A Reference Handbook*, vol.2, Thousand Oakes, Sage, 329-340
- Fernandes, J. R. (2005): "Contributos para a coordenação territorial no Grande Porto", *Porto Cidade Região*, Porto, Reitoria da Universidade do Porto, 263-274
- Fernandes, J. R. (2003): "A Cidade, o Município, e as Políticas: o Caso do Grande Porto", *Sociologia*, nº13, 227 – 251
- Fernandes, J. R. (2000): "Cidade do Porto e Área Metropolitana do Porto: Realidades e Desafios", *História*, série III, nº 1, 127-143
- Ferreira, V. M. (2007): *O Território*, em A. Reis (coord), *Retrato de Portugal – Factos e Acontecimentos*, Lisboa, Instituto Camões, Ciclo de Leitores, Temas e Debates, 80-100
- Freudenburg, W. R., S. Frickel e R. Gramling (1995): "Beyond the nature/society divide: learning to think about a mountain", *Sociological Forum*, vol. 10, nº 3, 361-392
- Gleick, P. H. (2009): "Facing Down the Hydro Crisis", *World Police Journal*, vol. 26, nº4, 17-23
- INE (2004), *Retrato da Área Metropolitana do Porto*, Porto, Instituto Nacional de Estatística – Direcção Regional do Norte
- Machado, F.L. e Costa, A. F. (1998): "processos de uma modernidade inacabada – mudanças estruturais e mobilidade social", em J. M. L. Viegas e A. F. Costa (orgs), *Portugal, que modernidade?*, Oeiras, Celta, 17-44
- Magalhães, A., F. Silva, F. D'Armada, L. Lopes, N. Correia e O. Castro (1999), *Rio Tinto: Apontamentos Monográficos*, Gondomar, Junta de Freguesia de Rio Tinto
- Marinho, J.S. (2003), *Rio Tinto: Cidade com Nome de Rio*, Rio Tinto, Junta de Freguesia de Rio Tinto
- Nave, J.G. e S. Fonseca (2004): "Entre a cultura ambiental e o efeito NIMBY", em J. F. Almeida (Org.), *Os Portugueses e o Ambiente – II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta 237-335

- Nave, J.G., A. Horta e C. Lage (2000): "Informação e cultura ambiental", em J. F. Almeida (Org.), *Os Portugueses e o Ambiente – I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta, 103-144
- Oliveira, C. (1931): *O concelho de Gondomar – Apontamentos Monográficos*, Porto
- Pacheco, H. (coord) (1999): *O Vale de Campanhã na Memória da Gente*, Porto, Fundação Para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã
- Reis, M. e A. V. Lima, "Desenvolvimento, território e ambiente", em J. M. L. Viegas e A. F. Costa (orgs), *Portugal, que modernidade?*, Oeiras, Celta, 329-336
- Rome, A. (2001): *The Bulldozer in the Countryside*, Cambridge, Cambridge University Press
- Schmidt, L. (2008), "Ambiente e políticas ambientais: escalas e desajustes", em M. Villaverde-Cabral, K. Wall, S. Aboim e F. C. Silva (orgs.), *Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 285-314
- Schmidt, L. (2007), *Portugal: país (in)sustentável*, Lisboa, Esfera do Caos
- Schmidt, L., S. Valente e J. Pinheiro (2000), "País: percepção, retrato e desejo", em J.F. Almeida (Org.), *Os Portugueses e o Ambiente – I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta, 33-101
- Soromenho-Marques, V. (2007), "O ambiente", em A. Reis (coord), *Retrato de Portugal – Factos e Acontecimentos*, Lisboa, Instituto Camões, Ciclo de Leitores, Temas e Debates, 180-199
- Torrecilla, N. J. e J. Martín-Gil (2005): "The New Water Culture in Spain: a Philosophy Towards a Sustainable Development", *E-Water*, artigo nº 2005/07, <http://www.ewaonline.de/journal/online.htm>, consultado em 3 de Dezembro de 2009